



**SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS E
TERAPEUTAS OCUPACIONAIS DO
ESTADO DO CEARÁ - SINFITO - CE
(FUNDADO EM 04/07/1989 - CNPJ
12.247.805/0001-13)**

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2.006/2.007

○ **SINDICATO DOS FISIOTERAPEUTAS E TERAPEUTAS OCUPACIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ**, entidade sindical, com sede nesta Capital, na Rua Padre Ambrósio Machado, n.º 390, Vila União, e do outro, o **SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede nesta Capital, na Rua Pereira Filgueiras, n.º 2020 - 10º Andar - Salas 1005 à 1008, Bairro Aldeota, por seus representantes legais, Infra assinados, devidamente autorizados com observância das exigências legais, celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, mediante as cláusulas, condições e obrigações seguintes, reciprocamente aceitas pelas partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: REAJUSTE SALARIAL

È concedido aos empregados integrantes da categoria profissional, a partir de 1º de maio de 2006, o reajuste dos salários no percentual de 4% (quatro por cento), sobre os salários de 1º de maio de 2006, deduzidos os reajustes automáticos e espontâneos, e relativos ao período de 1º de maio de 2005 à 30 de abril de 2006, para todos os salários independentemente de faixa salarial.



CLÁUSULA SEGUNDA: PISO SALARIAL

Fica estabelecido o piso salarial de R\$840,00 (oitocentos e quarenta reais) por 20 horas semanais, para os Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais do Estado do Ceará, a vigorar durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA: ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Fica estabelecido aos profissionais das categorias, independentes de realização de perícia técnica do órgão governamental responsável, o adicional de insalubridade correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), ou seja R\$70,00 (setenta reais), por mês.

CLÁUSULA QUARTA: JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais da base territorial aos sindicatos acordantes será de 20 (vinte) horas semanais.

§ PRIMEIRO: Fica assegurado aos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais contratados para uma jornada diversa (superior ou inferior) às 20 (vinte) horas semanais, uma remuneração proporcional até o limite de 40 (quarenta) horas semanais.

§ SEGUNDO: As horas trabalhadas acima do limite de 40 horas serão consideradas como extras.

CLÁUSULA QUINTA: AUXÍLIO CRECHE

Os estabelecimentos em que trabalham mulheres deverão pagar, mensalmente, inclusive no período de férias, as suas empregadas tenham filhos com até 06 (seis) anos de idade, a importância equivalente a R\$70,00 (setenta reais) por cada



filho, para despesas de internamento em creches ou entidades congêneres, de livre escolha da funcionária mediante a apresentação mensal do recibo para comprovação de despesas junto aos órgãos fiscalizadores.

Parágrafo primeiro: A empregada interessada em receber o referido auxílio creche deverá formalizar o pedido por escrito até o 10º primeiro dia do mês. Vale ressaltar, que os pedidos encaminhados após o 10º dia somente serão liberados da folha do mês subsequente sem retroatividade.

Parágrafo segundo: O benefício acima será extensivo à mãe adotiva e aos empregados do sexo masculino (pai viúvo, separado judicialmente ou divorciado) que tenham a responsabilidade do filho, situação atestada pela justiça.

CLÁUSULA SEXTA: AUXÍLIO BABÁ

Os estabelecimentos em que trabalhem mulheres que tenham filhos de até 6 (seis) anos de idade e que os mesmos não estejam matriculados em nenhuma das instituições acima citadas, deverão pagar a importância de R\$60,00 (sessenta reais) para cada filho, até 6 (seis) anos de idade. Nesta hipótese, o comprovante será dispensado pelo empregador, entretanto, o auxílio, agora denominado **Auxílio Babá**, será considerado salário indireto e haverá o recolhimento para o INSS.

Parágrafo primeiro: A empregada interessada em receber o referido **auxílio babá** deverá formalizar o pedido por escrito até o 10º primeiro dia do mês. Vale ressaltar, que os pedidos encaminhados após o 10º dia somente serão liberados da folha do mês subsequente sem retroatividade.

Parágrafo segundo: O benefício acima será extensivo à mãe adotiva e aos empregados do sexo masculino (pai viúvo, separado judicialmente ou divorciado) que tenham a responsabilidade do filho, situação atestada pela justiça.



CLÁUSULA SÉTIMA: ESTABILIDADE

Fica convencionado que a empregada gestante, quando devidamente comprovada a gravidez perante o empregador, por comunicação obrigatória da empregada, a estabilidade provisória desde o término do período de experiência até 05 (cinco) meses após o parto, podendo todavia, o empregador rescindir o contrato de trabalho da empregada gestante no curso do prazo acima previsto, nas hipóteses de justa causa e pelo processo estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No caso de doença profissional ou acidente de trabalho, por um período de 12 meses após o término da licença previdenciária, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA: PROIBIÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Fica vetada a contratação dos profissionais representados pelo sindicato laboral como estagiários e/ou com salário inferior ao previsto nesta Convenção Coletiva de Trabalho em toda base territorial dos sindicatos acordantes.

CLÁUSULA NONA: DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Fica proibida a contratação de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais ou outro profissional de nível superior ou elementar para exercer função específica desses profissionais, sem o devido registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

CLÁUSULA DÉCIMA: DESCONTO ASSISTÊNCIAL

No mês em que for concedido o reajuste salarial decorrente desta Convenção Coletiva de Trabalho, a instituição empregadora, descontará a título de Contribuição Assistencial, 5% (cinco por cento) da remuneração dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais, associados ao sindicato, ressalvado o direito dos mesmos se oporem a tal desconto, mediante requerimento escrito ao presidente do sindicato laboral no prazo de 10 (dez) dias após a efetivação

Amerey

do referido desconto.

§ 1º - O recolhimento a que se refere a cláusula acima será efetuado para o SINFITO-CE, através de cheque nominal, acompanhado de relação nominal dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais e suas remunerações, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, sob pena de multa de 2% (dois por cento) sobre o montante retido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ANOTAÇÃO DA CTPS

Será registrado na carteira de trabalho do funcionário, o período em que o profissional for designado para exercer cargo de chefia ou supervisão, bem como as anotações de gratificações e outras vantagens decorrentes do efetivo da função.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: ADICIONAL DE HORA EXTRA

Fica assegurado que as horas extras serão pagas da forma prevista na lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E PAGAMENTO EM DOBRO

Os profissionais das categorias que, atendendo as necessidades da instituição empregadora, forem obrigados a prestarem serviços no dia do repouso semanal, têm direito ao repouso em outro dia da semana ou as horas trabalhadas pagas em dobro, com exceção dos plantonistas.

Parágrafo Único: Os profissionais das categorias que atendendo as necessidades da instituição empregadora, forem obrigados a prestarem serviços em dias FERIADOS, que caiam em dias da semana (Segunda à Sábado), o pagamento da diária será feito em dobro, sendo facultado ao empregador conceder 01 (uma) folga compensatória, além das folgas existentes, com exceção dos plantonistas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno será pago conforme a lei vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: TOLERÂNCIA

As empresas concederão aos seus empregados uma tolerância de 15 (quinze) minutos para bater o cartão ou assinar o livro de ponto na entrada da empresa. benefício esse que não poderá exceder a 4 (quatro) dias de trabalho no mês.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO COMPROVANTE PAGAMENTO

Fica convencionado que os salários serão pagos mediante assinatura na folha de pagamento, obrigando-se os estabelecimentos empregadores a fornecerem aos respectivos profissionais, comprovante de pagamento padronizados e formalmente preenchidos com as discriminações das verbas salariais recebidas, bem como, os respectivos descontos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: GRATIFICAÇÃO DE APRIMORAMENTO PROFISSIONAL

Os Fisioterapeutas e Terapeutas ocupacionais que comprovem ter cursos de especialização, mestrado ou doutorado reconhecidos pelo MEC, farão jus a gratificação de 15% (quinze por cento) sobre o piso salarial da categoria, não cumulativos e desde que o curso seja diretamente relacionado com a função desempenhada na empresa.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS FALTAS

Serão abonadas as faltas dos profissionais nas seguintes situações:

No caso de participação em congressos, cursos ou seminários que se prestem exclusivamente ao aprimoramento profissional em até no máximo dois eventos anuais, desde que haja solicitação prévia de no mínimo 15 (quinze) dias; No caso de consultas médicas e exames de filhos menores de 12 (doze) anos deficientes ou inválidos e de pais idosos até 06 (seis) dias por ano, mediante comprovação através de atestado médico.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO SALÁRIO FAMÍLIA

Para recebimento do salário família o empregado apresentará à empresa cópia autenticada da certidão de nascimento do(s) filho(s) e receberá uma documentação que comprove a entrega do referido documento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA DEMISSÃO PRÓXIMO À APOSENTADORIA

Ao empregado que for dispensado sem justa causa e tenha mais de 05 (cinco) anos de serviço na empresa, concomitantemente, falte no máximo 24 (vinte quatro) meses para se aposentar, a empresa pagará integralmente o valor das contribuições ao INSS, correspondente ao período necessário para que se complete o tempo de aposentadoria, com base no último salário reajustado na forma da presente Convenção Coletiva de Trabalho, reembolso esse que não terá natureza salarial.



CLÁUSULA : VIGÉSIMA PRIMEIRA: CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Os estabelecimento de serviços de saúde, recolherão como Contribuição Assistencial Patronal ao SINDESSEC, um valor correspondente a 4% (quatro por cento) do valor bruto da folha de pagamento de agosto de 2006 e fevereiro de 2007 com vencimentos no último dia útil dos meses subseqüentes. Serão dispensados da aludida contribuição os serviços de saúde que tenham recolhido os valores referentes à Contribuição Confederativa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: MULTA POR VIOLAÇÃO

Na hipótese de violação de qualquer Cláusula desta Convenção Coletiva de Trabalho, ficam as partes acordadas, que derem causa a violação, sujeitas a multa igual a 01 (um) piso salarial da categoria ao sindicato profissional prejudicado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: VIGÊNCIA

As cláusulas da presente Convenção Coletiva de Trabalho terão a duração de 12(doze) meses, ou seja, de 1º de maio de 2.006 a 30 de abril de 2.007. Por se tratar de uma Convenção Coletiva de Trabalho onde as partes negociam interesses mútuos durante a sua vigência, as cláusulas pactuadas somente serão consideradas válidas durante o prazo estabelecido. Desta forma, o conceito de direito adquirido ou cláusulas pétreas não prevalecem neste documento. Também não serão asseguradas as condições estabelecidas durante o período eventualmente vago entre o término de vigência desta Convenção até a assinatura do exercício da próxima.

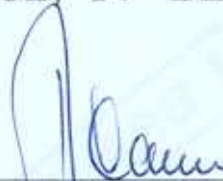
7
FRANCO
LUIZ

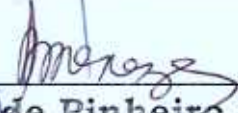
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: FORO DE COMPETÊNCIA

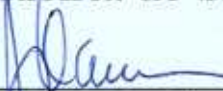
As controvérsias por ventura resultante da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas pela Justiça do Trabalho no Estado do Ceará, se antes não forem solucionadas pelas partes convenientes.


E por estarem justos e acordados, as partes firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, uma das quais indo a arquivo na Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Ceará.


FORTALEZA / CE, 14 DE JULHO DE 2.006


Sebastião Fernandes Vieira
Presidente do SINDESSEC


Francineide Pinheiro de Menezes
Presidenta do SINFITO


Geórgia T. Mendes Pinheiro
OAB/CE 10.317


Raul Augusto Lamas
Assessoria Técnica


Raimundo Nonato T. Xavier
SECRETARIE DE JUSTIÇA
Mat. 0452296

46805.00947 / 2006 - 83
DRT/CE sob o nº 468/2006
deposto em 20/07/06
em 07/08/06